

Sarney diz que não aceita monitoramento do FMI

CLÓVIS ROSSI

Enviado especial a Brasília

O presidente José Sarney disse na noite de anteontem ao deputado federal Fernando Gasparian (PMDB-SP), por duas vezes consecutivas, a seguinte frase: "Enquanto eu estiver sentado nesta cadeira, jamais haverá monitoramento do FMI (Fundo Monetário Internacional) sobre a economia brasileira".

A frase enfática do presidente foi em resposta ao aviso do deputado paulista de que ele e mais algumas figuras importantes do PMDB se dispunham a usar uma tarja negra, em sinal de luto, enquanto estivesse no Brasil a missão do Fundo prestes a desembarcar em Brasília.

O presidente retrucou que a missão vinha apenas em cumprimento ao artigo 4 dos regulamentos do FMI (que prevê "intensos contatos" entre o organismo internacional e os países-membros). Gasparian não acei-

tou a argumentação presidencial e ainda contra-atacou: "Se o Brasil fizer um acordo com o Fundo, o seu governo vai terminar da mesma maneira melancólica que terminou o governo anterior".

Durante a audiência, o presidente fez questão de desvincular-se claramente ao acordo provisório, fechado na sexta-feira passada, entre o seu próprio governo e os banqueiros internacionais, em Nova York. E, para se justificar, confirmou ao parlamentar o que a Folha havia publicado na ocasião: Sarney instruiu o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, para não fazer o pagamento solicitado pelos banqueiros e que, na prática, suspenderia a moratória.

"Mas —continuou o presidente— o Bresser voltou aqui e disse que o acordo já estava praticamente fechado e voltar atrás seria muito negativo. Eu, que não sou economis-

ta, aceitei a argumentação e revi a minha decisão".

Em outro momento da conversa, o presidente voltou ao ponto de que a responsabilidade global pela negociação é do PMDB: foi quando Gasparian queixou-se dos negociadores da dívida brasileira (não do ministro, mas dos que estiveram nos Estados Unidos). Sarney rebateu: "Mas eles foram indicados pelo ministro que é do seu partido".

Não foi apenas com Gasparian que o presidente faz esse tipo de atribuição direta de responsabilidades: em telefonemas a um constituinte também do PMDB, Sarney chegou a mencionar o livro "Mil Dias", escrito por um dos principais colaboradores do governo John Kennedy, Arthur Schlesinger, e no qual também Kennedy se queixa da dificuldade de ver suas ordens obedecidas.

A conversa entre o deputado paulista e o presidente chegou rapida-

mente aos ouvidos do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e provocou a decisão de chamar o ministro Bresser Pereira para uma conversa mais aprofundada em torno das negociações sobre a dívida, que serão logo retomadas, em busca de um acordo definitivo.

O objetivo é evitar que, neste, sejam desrespeitadas posições que o PMDB julga inegociáveis, entre elas o retorno incondicional ao FMI. Os peemedebistas tentarão, também, convencer o ministro de que ele está equivocado na avaliação que transmitiu a seus companheiros de partido: segundo Bresser, o acordo provisório foi feito mais para o público interno (empresários e imprensa) do que para o externo. O ministro acreditava (ou continua acreditando) que o acordo serviria para amaciar ou até reverter as críticas desses dois setores à política econômica do governo.